

CORREIO NACIONAL



Dez capitais receberão entrega direta

Governo inicia primeira fase do Gás do Povo

Dez capitais do Brasil serão contempladas na primeira fase da operação nacional do programa Gás do Povo, que começa nesta segunda-feira. A iniciativa garante a recarga gratuita do botijão de gás de cozinha para famílias em situação de vulnerabilidade social. A operação marca o início da expansão do programa, que pretende alcançar mais de 15 milhões de famílias até março. Trata-se de uma das principais ações do Governo do Brasil para fortalecer

a segurança energética, promover o cozimento limpo e ampliar o acesso ao gás de cozinha como instrumento de dignidade e justiça social. A iniciativa reduz a dependência de lenha e de combustíveis poluentes que afetam principalmente mulheres e crianças. Na etapa iniciada nesta semana, cerca de 1 milhão de famílias vão receber gás de cozinha gratuitamente nas dez capitais contempladas na primeira fase da operação.

‘Independência não Morte’

Com o tema “Independência não Morte”, no Rio de Janeiro no sábado, a 4ª Marcha Trans & Travesti, nos Arcos da Lapa. O objetivo é pedir o fim violência sistemática no Brasil, considerado o país mais letal do mundo contra pessoas trans e travestis. A marcha pede apoio às organizações que lutam, com pou-

cos recursos, pela reversão desse quadro e exige a garantia e ampliação de direitos para esta população. “Os nossos corpos seguem sendo alvo da extrema-direita que nega a nossa existência, financiada com recursos bilionários em todo o mundo”, disse o coordenador-geral da Marcha, Gab Van.

Prova Nacional Docente

Está disponível o Cartão de Confirmação de Inscrição da reaplicação da Prova Nacional Docente (PND) 2025. O documento pode ser acessado no Sistema PND. Embora não seja obrigatório, o Inep recomenda que o participante leve o cartão no dia do exame. Além do local de prova,

o Cartão confirma o número de inscrição, data e horários do exame. Nele consta, ainda, se o participante contará com atendimento especializado ou tratamento por nome social. A reaplicação da prova ocorrerá no dia 30 de novembro. A PND foi criada para melhorar a qualidade da formação.

Bolsa Família em Ação

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) encerrou nesta semana, em Fortaleza, a primeira rodada dos Seminários Estaduais Bolsa Família em Ação. A iniciativa percorreu cinco estados brasileiros entre setembro e novembro, reunindo gestores mu-

nicipais e estaduais para fortalecer a execução do programa. Ao longo dos encontros, cerca de 3 mil profissionais de 967 municípios participaram das capacitações. Entre eles, secretários de assistência social, coordenadores municipais do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

Prazo para cadastro biométrico

Governo do Brasil publicou na última sexta-feira portaria para regulamentar a adoção gradual do cadastro biométrico obrigatório para concessão, manutenção e renovação de benefícios da Seguridade Social. A medida integra a agenda de transformação digi-

tal e aprimoramento da segurança dos programas sociais. A exigência de biometria, aprovada pelo Congresso Nacional, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2024 e regulamentada por decreto em julho de 2025.

Apoio e acolhimento

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome, por meio do Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas, cumpriu, de forma antecipada, todas as metas estabelecidas pelo Plano Estratégico Institucional

do MDS - PEI 2023 - 2026, que prevê a ampliação da oferta nacional de vagas de acolhimento, bem como as certificações na temática álcool e drogas, além da realização de monitoramentos, estudos e pesquisas com foco na avaliação da política de acolhimento.

Justiça mantém produção de vacinas para o SUS

Com a decisão, Fiocruz segue com a licitação em vigor

A Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu duas importantes vitórias judiciais em defesa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), assegurando a continuidade e regularidade de uma licitação essencial para o funcionamento da unidade de Bio-Manguinhos, que buscava a contratação de empresa para prestação de serviços de apoio técnico e administrativo essenciais à produção de vacinas, reativos e biofármacos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) rejeitou, por unanimidade, recurso de apelação em mandado de segurança e agravo de instrumento interpostos pela empresa Nova Rio Serviços Gerais Ltda., que tentava suspender o Pregão Eletrônico nº 262/2023, de valor estimado em mais de R\$ 1,3 bilhão e envolvendo mais de 2.300 trabalhadores.

As ações representavam risco concreto à continuidade das atividades de Bio-Manguinhos, que poderiam sofrer paralisação imediata caso a licitação fosse suspensa ou tivesse de ser reiniciada, o que resultaria em impacto direto no abastecimento nacional de vacinas e biofármacos, com potenciais prejuízos ao SUS e à população brasileira.

No mandado de segurança, a empresa argumentava



Agência Gov

Ações representavam risco concreto à continuidade das atividades de Bio-Manguinhos

que o pregão deveria continuar suspenso até o trânsito em julgado de procedimento que corria junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). Em defesa da Fiocruz, a Procuradoria Regional Federal da 2ª Região (PRF2) demonstrou que o TCU, no Acórdão nº 1.589/2024, havia determinado expressamente a retomada da licitação, após declarar nulo apenas um item do edital, medida integralmente cumprida pela autarquia.

O TRF2 concluiu que não havia qualquer impedimento para o prosseguimento do certame e que a paralisação do

procedimento licitatório para aguardar eventual análise do pedido da empresa junto ao TCU implicaria em prejuízo incontestável para o interesse público, com risco de descontinuidade dos serviços de apoio de desenvolvimento de vacinas.

Já no agravo de instrumento, a empresa buscava invalidar decisão da Justiça Federal que confirmou a vigência do contrato firmado em razão do prosseguimento do Pregão nº 262/2023 e suspendeu decisão provisória anterior proferida pelo TRF1 que determinara a republicação, pela Fiocruz, do edital licitatório. A PRF2,

no entanto, comprovou que a instituição agiu rigorosamente dentro das determinações do TCU e que a manutenção do contrato vigente era imprescindível para evitar a interrupção dos serviços essenciais de Bio-Manguinhos.

O TRF2 rejeitou, novamente de forma unânime, os argumentos da empresa e reconheceu que os atos administrativos questionados eram legítimos e praticados dentro da competência do gestor público.

O procurador federal Leonardo Pavone, que atuou nos dois feitos, destacou a importância estratégica das decisões.

Programa oferta entrega gratuita de absorventes

O Governo Federal passa a enviar a partir desta semana avisos sobre o Programa Dignidade Menstrual, uma iniciativa que garante a distribuição gratuita e continuada de absorventes higiênicos para cerca de 24 milhões de pessoas beneficiadas.

Têm acesso ao programa pessoa com idade entre 10 e 49 anos inscrita no CadÚnico, que tenha renda mensal de até R\$ 218, ou seja estudante de baixa renda da rede pública, ou esteja em situação de rua.

Para retirar os absorventes gratuitos basta procurar uma farmácia credenciada e apresentar autorização emitida no Meu SUS Digital, CPF e documento de identidade com foto.

O envio das mensagens visa divulgar o programa à população, para promover a conscientização sobre a naturalidade do ciclo menstrual e a oferta de absorventes higiênicos.

Desde o mês passado, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) de todo o país passaram a disponibilizar a autorização para retirada de absorventes menstruais às beneficiárias do Programa Dignidade Menstrual. Agora, existem duas possibilidades para obter as autorizações: presencial nas UBS ou virtual via aplicativo.

A retirada dos absorventes continua sendo realizada nas farmácias credenciadas do Farmácia Popular.

Outra novidade é que adolescentes entre 12 e 16 anos poderão retirar os absorventes sem a necessidade de acompanhamento dos pais ou responsáveis. Desde a implementação do programa, em 2024, já foram atendidas mais de 2,5 milhões de pessoas e distribuídos mais de 376 milhões de absorventes menstruais.



Tânia Rêgo/Agência Brasil

Ministra foi aplaudida no encerramento da conferência em Belém

Ministra aponta avanço, mas cita progresso modesto

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, ressaltou as conquistas da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que ocorre desde o início do novembro em Belém, e reconheceu que ainda há desafios a serem superados.

“Progredimos, ainda que modestamente”, avaliou a ministra em discurso na plenária de encerramento da COP30 neste sábado (22).

“Mesmo que aquelas versões de nós mesmos nos dissessem que não fomos tão longe quanto imaginávamos e seria necessário reconhecer que há algo fundamental: ainda estamos aqui. E que sigamos persistindo no compromisso de empreender a jornada necessária para superar nossas diferenças e contradições no urgente enfrentamento da mudança do clima”, disse a ministra após convidar os presentes a voltarem para as versões de si mesmos na Rio 92.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente

e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Eco92, foi lançado o primeiro tratado para que os países cooperassem no enfrentamento do aquecimento global e crise climática.

Nesta edição, a presidência brasileira da COP30 fechou um acordo climático de compromisso que aumenta o financiamento para as nações pobres que estão lidando com o aquecimento global, mas que omite qualquer menção aos combustíveis fósseis que o impulsiona. “Em que pese ainda não ter sido possível o consenso para que esse fundamental chamado entrasse entre as decisões dessa COP, tenho certeza de que o apoio que recebeu de muitas partes da sociedade fortalece o compromisso da atual presidência”, disse a ministra.

Marina destacou os avanços desta edição da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

“Demos um passo relevante no reconhecimento do papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e afrodes-

cendentes. Transição justa ganhou corpo e voz na presença desses segmentos”, ressaltou.

Além disso, destacou o lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), “um mecanismo inovador que valoriza autoriza aqueles que conservam e mantêm as florestas tropicais”, disse.

Outro avanço considerado pela ministra foi o texto do Mutirão Global, que segundo Marina Silva, abriu “uma porta importante para o avanço da adaptação com o compromisso dos países desenvolvidos de triplicar o financiamento até 2035”.

“Cento e vinte e duas partes apresentaram suas contribuições nacionalmente determinadas com compromissos em reduzir emissões até 2035. Faltam outras partes, mas esses resultados são ganhos fundamentais para o multilateralismo climático”, ressaltou.

A Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) é o plano de ação climática que cada país envia à ONU.